

5

Hume e História

5.1

O tratamento dos fatos históricos

Em seu ensaio *Da Origem e do Progresso das Artes e das Ciências* Hume propõe uma metodologia para a análise histórica. O exame historiográfico nele contido, em seu sentido mais estrito, está condensado nas páginas iniciais, que logo dão lugar a quatro observações de cunho generalizante. Três delas já foram descritas aqui, no quarto capítulo, e a última o será em breve. Em uma das poucas análises que se pode encontrar especificamente voltadas para os *Ensaio*s, Pocock diz que naquele ensaio há a tentativa mais complexa de reflexão epistemológica acerca do conhecimento histórico feita pelo escocês. Ao contrário do que se poderia concluir à primeira vista, tal exame “is not to be found” em seu ensaio intitulado *Do Estudo da História*¹⁷², assim como o conceito da uniformidade da natureza humana, tal como é sistematicamente empregado por Hume, não se explica somente pela famosa (e muito utilizada) passagem da sua *Investigação Acerca do Entendimento Humano*¹⁷³. Essa metodologia histórica compreendia uma técnica clara e deliberada de estabelecer uma hierarquia do tratamento dos fatos sociais a fim de obter uma base que tornasse possível, no seu caso, fazer generalizações.

O escocês inicia seu argumento apontando a influência da causalidade nos “assuntos humanos” em geral, distinguindo o que deve ser atribuído ao *acaso* e o “que resulta de *causas*”. A história, ele prossegue, não teria razão de ser se todo e qualquer evento derivasse exclusivamente do acaso; é apenas em aparência que os fatos não se relacionam entre si: a conexão entre um efeito e sua causa é mais fácil de inferir do que de perceber¹⁷⁴. A inferência, que é dada logo a seguir, aparece sob a forma de uma *regra geral*: “O que depende de poucas pessoas deve, em grande medida, ser atribuído ao acaso ou a causas secretas e desconhecidas. O

¹⁷² POCOCK, J. G. A. *Barbarism and Religion*. Volume II. *Op. Cit.* p. 183. O capítulo deste livro de Pocock (afinal sobre Edward Gibbon) intitula-se “The Essays as contemporary history”.

¹⁷³ HUME, David. *Investigação Acerca do Entendimento Humano*. Tradução de Anoar Aiex. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1999, p. 91. Ver, especialmente, FORBES, Duncan. *Hume’s Philosophical Politics*. *Op. Cit.* pp. 109-121. Ver também DEES, Richard H. *Hume and the Contexts of Politics*. In DUNN, John, HARRIS, Ian (editores). *HUME*. Volume II, p. 494

¹⁷⁴ POCOCK, J. G. A. *Barbarism and Religion*. Volume II. *Op. Cit.* p. 183. Hume expõe semelhante idéia em seu ensaio *Do Comércio*, p. 400

que depende de um grande número, em geral, provém de causas determinadas e conhecidas¹⁷⁵”. Hume parte do pressuposto de que as pessoas, ordinariamente, são afetadas por “paixões e interesses universais”. Mesmo um sentimento como a “avareza ou o amor ao ganho” resulta, em sua performance social, numa rede, numa integração, não numa peculiaridade; trata-se, pois, de um movimento conjunto que impulsiona a trajetória das sociedades para uma determinada direção (Hume usa a imagem de uma *balança*) que pode ser explicada pela causalidade. Onde predomina um verificado interesse geral, onde uma inclinação prepondera, há uma causa por detrás, ocorrerá um efeito apurável: “quando algumas *causas* promovem uma paixão ou inclinação particular, num certo período e em meio a um povo determinado, (...), a multidão será certamente levada pelo sentimento comum, que a governará em todas as suas ações”.

Com o *acaso* ocorre o oposto. As paixões universais dão lugar à “teimosia”, à “loucura”, ao “capricho”. Hume oferece pelo menos dois exemplos relacionados entre si. No primeiro, vemos sua posição negativa acerca de sociedades onde o Estado é governado, preponderantemente, por indivíduos (monarcas, príncipes etc.) que pautam decisões gerais de acordo com suas personalidades, inescrutáveis a qualquer metodologia histórica. A força do acidental é grande aqui e para o escocês a mera troca desses indivíduos *inverteria inteiramente* a história das nações que comandam. No segundo exemplo ele trata daqueles indivíduos que, em meio à multidão, resistem “ao contágio” do sentimento comum – podem ser os gênios, artistas, pensadores. Estes são afetados não apenas pelas causas (e, por conseguinte, pelas paixões) gerais, comumente “de natureza mais rude e obstinada”. Escapam ao domínio delas por serem, em excesso, “delicados e refinados”; “o menor acidente na saúde, na educação ou na fortuna de um indivíduo basta para alterar o seu curso e adiar a sua ação”. Influenciam-nos causas ou paixões que, embora presentes em um determinado período, não se disseminam; como consequência, não afetam a totalidade, esquivam-se da causalidade definida pela regra geral, em resumo, são causas cujo impacto é biográfico. Por isso mesmo, “A sua influência num determinado período jamais assegura que sua influência será a mesma em outra época, mesmo que todas as circunstâncias gerais sejam as mesmas nos dois casos”.

¹⁷⁵ HUME, David. *Ensaio Morais, Políticos e Literários*. Op. Cit. pp. 223-224

A metodologia histórica proposta pelo autor dos *Ensaio*s considera, assim, as mudanças gerais ou, dito de modo algo anacrônico, *culturais*. Mudanças que afetam uma grande quantidade de pessoas como, por exemplo, “a origem e o progresso do comércio em qualquer reino”. Com isso ele pretende estabelecer uma certa base comparativa entre um período histórico e outro, para a partir daí poder afirmar com mais exatidão que um preceito ou uma idéia em comum encontrados na atualidade - ou em outro momento - decorreram de uma sucessão de eventos que, mesmo dessemelhantes, determinaram de alguma forma a manifestação de ações aparentemente descosidas entre si¹⁷⁶. Entretanto, há uma dificuldade com o tema deste ensaio, pois a origem e o progresso das artes e das ciências parece estar mais na força do acaso do que na das causas gerais: “a curiosidade ou o amor ao saber tem uma influência muito limitada” no universo comum das pessoas, já que “requer juventude, ócio, educação, gênio e exemplo para se apoderar de uma pessoa. Jamais existirão compradores de livros se não existirem livreiros, mas, freqüentemente, podem existir leitores onde não existem autores”. Não obstante, sensível à percepção de que em qualquer sociedade poucos são os eventos que podem ser inteiramente atribuídos ao acaso, Hume desdobra a sua idéia de *causas* para aplicá-la ao aparente imprevisível. Ele afirma ser verdade que os gênios (um dos “motores” do progresso das artes e das ciências) são raros e pouco familiares, em estatura psíquica, aos seus coetâneos; mas também diz ser impossível tal tipo de geração espontânea. Se causas específicas, coexistentes às causas mais rudes e facilmente difundidas, podem engendrar paixões que afetam de maneira particular pessoas mais refinadas, é porque provavelmente algumas dessas causas específicas já atuavam, de modo latente, no conjunto social. Hume denomina tal atuação de “gênio” do povo. O gênio individual, segundo o escocês, *sintetiza* essas causas específicas existentes, mas ainda não manifestadas, dando-lhes forma e sentido definidos, assimiláveis agora aos demais indivíduos por meio de sua superior sensibilidade. O “gênio de um povo”, o seu fogo, “não é aceso no paraíso, ele apenas percorre a terra, passa de um coração a outro e arde mais brilhantemente quando encontra um material mais bem preparado e disposto da forma mais feliz”. Portanto, como Hume diz, alguns “princípios ou causas” afetam, em todas as épocas, apenas um grupo de

¹⁷⁶ SABINE, George H. *Hume's Contribution to the Historical Method*, In DUNN, John, HARRIS, Ian (editores). *Op. Cit.* Vol. I, p.1

pessoas; todavia, *no caso das artes e das ciências*, esses princípios ou causas já deviam se encontrar presentes em algumas sociedades, só que de maneira não *convergente*. O que o gênio particular faz é tornar claro aquilo que, sem passar por ele, não seria naturalmente observado. E, ao mesmo tempo, ele pode demonstrar (como *sintoma histórico*), por meio de sua individualidade especial, o desenvolvimento social de todo um período. Esta ligação entre um gênio e seu meio, diz-nos o escocês, pode ser um indício capaz de explicar “por que uma nação é mais refinada e culta numa época em particular que as suas vizinhas”, tornando possível, assim, inferir de tais acontecimentos “princípios gerais”¹⁷⁷.

Essa regra geral, desenvolvida no ensaio sobre as artes e ciências, possui algumas implicações. A primeira é que, vista de maneira abrangente, dela se infere que há vários períodos na história que simplesmente não poderiam ser descritos pela regra geral, pois dificilmente alcançar-se-ia um número razoável de acontecimentos (ou de relações entre um evento e seu meio) a serem levantados, não sendo suscetíveis a qualquer explicação possível. É bem verdade que o gênio individual, mesmo impermeável a generalizações, possui alguma conexão com a sociedade na qual aparece¹⁷⁸, mas nem sempre ela é segura, ou provável o suficiente, para escapar à “infinidade de falsos refinamentos e sutilezas”, das “fantasias”¹⁷⁹. Uma outra implicação seria a de que já se pode vislumbrar aí uma forma histórica mais aproximada à nossa. É que a distinção entre acaso e causas, ao mesmo tempo em que reconhece a impossibilidade de explicar certos eventos, se prende ao que há de mais essencial na história das sociedades, isto é, as grandes transformações. A relevância dos múltiplos e variados episódios é posta em xeque por uma descrição vertical do que de pertinente se pôde observar dentre a pletora dos acontecimentos, estabelecendo como projeto uma clara distinção entre o secundário e o essencial¹⁸⁰: “um interesse inteligente pela história não poderia tolerar as falsas pistas constantes que atraíam a curiosidade dos antiquários”¹⁸¹. Outra implicação é o lugar facultado à história dos costumes, como mencionamos

¹⁷⁷ Idem, pp. 223-228

¹⁷⁸ SABINE, George H. *Hume's Contribution to the Historical Method*. Op. Cit. p. 5. Hume expressa semelhante idéia em seu ensaio *Do Refinamento nas Artes*, p. 422

¹⁷⁹ HUME, David. *Ensaaios Morais, Políticos e Literários*. Op. Cit. p. 227

¹⁸⁰ HADDOCK, B. A. *Uma Introdução ao Pensamento Histórico*. Tradução de Maria Branco. Lisboa: Gradiva, 1989, p. 109

¹⁸¹ Idem, p. 108

acima. Nada é mais importante que “as revoluções domésticas e graduais de um Estado”, em contraposição às “revoluções externas e violentas, que são geralmente provocadas por indivíduos isolados¹⁸²”. Para Hume, uma figura individual só era considerada como relevante para o desenvolvimento social se representasse, de alguma maneira, o interesse do conjunto, e não expressasse apenas a sua vontade, a sua individualidade – vemos tal consideração quando emprega os termos “legislador” (em seu papel como indivíduo) e “legado” (como uma herança coletiva): são praticamente sinônimos¹⁸³.

5.2.

O mundo de uma dimensão

Nada disso significa para Hume, dada a limitação a qual uma teoria sobre os assuntos humanos está submetida (o perigo iminente de que tudo possa vir a mudar, como houve mudanças no passado¹⁸⁴), que a história deva ser compreendida, em algum momento, como uma série de eventos fora da alçada dos próprios eventos humanos. Como historiador, ele demonstra a preocupação com o material a ser usado em sua análise: são os *registros*¹⁸⁵. Evidentemente, essa característica por si mesma não confere ao escocês o privilégio de um método novo, sem precedência. Destaca-se, porém, ao delimitar radicalmente a influência que qualquer outra força explicativa (como a teologia e a metafísica) teria face aos materiais conhecidos e produzidos pelos próprios homens. Como observa Renato Lessa, “Diante dos enunciados proferidos pelos humanos, Hume não argüirá a respeito de sua consistência lógica, ontológica ou epistemológica¹⁸⁶”. A preocupação em observar não pressupõe qualquer força sistemática agindo anteriormente ao dado, o que irá se refletir na maneira como o acontecimento será tratado numa inferência.

No interior desta postura metodológica, há um debate acerca da doutrina jusnaturalista que vinha sendo desenvolvido pelo menos desde o século XVII, segundo a qual os homens respondiam às demandas sociais a partir de sua condição natural, isto é, do estado de natureza intrínseco em que uma das

¹⁸² HUME, David. *Ensaio Morais, Políticos e Literários*. Op. Cit. p. 224

¹⁸³ Idem, p. 155. Ver também FORBES, Duncan. *Hume's Philosophical Politics*. Op. Cit. p. 316

¹⁸⁴ Idem, p. 197

¹⁸⁵ Ibidem, p. 237

¹⁸⁶ LESSA, Renato. *A condição hum(e)ana e os seus Ensaio*. Op. Cit. p. 20

primeiras características seria o egoísmo. Já vimos anteriormente que Hume contrapõe esse egoísmo à experiência, à existência de uma solidariedade já a partir do interior da própria família, dos grupos. Ele também via a sociedade não como um empreendimento negativo, a ser sempre corrigido por um novo contrato; esquecem os que pensam assim a força do *hábito* e do *costume*, naquilo que oferecem de útil e até mesmo de necessário aos seres sociais. Dois pontos nos importam neste momento. O primeiro está relacionado à uniformidade da natureza humana, cujo peso para a visão histórica do escocês trataremos melhor depois. Adiantaremos, contudo, que esta era uma característica do jusnaturalismo, principalmente no sentido de que o homem era pensado como igual em todos os tempos, sendo considerado em seu contínuo estado de natureza, “trans-histórico”¹⁸⁷. É a partir desse valor que Meinecke faz sua crítica à historiografia de Hume:

(...) su historiografía quedó confinada, a pesar de las grandes cualidades que supo conferir con su método específico, al campo del pensar iusnaturalista, por causa del viejo prejuicio fundamental, nuevamente revigorizado por Locke, de que la naturaleza humana es idéntica en todos los tiempos¹⁸⁸.

Contudo, deve-se aceitar essa crítica apenas de maneira parcial. O “prejuízo” jusnaturalista não levou Hume a algum tipo de trans-historicidade, não na acepção dada pelo “homem natural” aí contida. Em nenhuma análise do escocês o homem se desvincula do *hábito*, assim como, para ele, todo conjunto de regulação social pressupunha uma espécie de herança que passava por transformações essencialmente *graduais*¹⁸⁹.

O segundo (e mais importante) ponto está na fundamentação de tal doutrina no que compete a ordenação dos fatos sociais humanos. A premissa jusnaturalista não estava errada, segundo Hume, ao manifestar a sociabilidade humana, a lei de autopreservação e o impulso sexual como eventos a serem considerados a partir da observação da conduta humana no mundo. O que ele irá contestar é que, embora a premissa da observação de tais fatos esteja correta, ela se acha, em última análise, subordinada a uma espécie de “obrigação” anterior aos

¹⁸⁷ JASMIN, Marcelo Gantus. *Racionalidade e História na Teoria Política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998, p.47

¹⁸⁸ MEINECKE, Friedrich. *El Historicismo y su Genesis*. México: Fondo de Cultura Economica, 1943, p.175

¹⁸⁹ HUME, David. *Ensaio Morais, Políticos e Literários*. Op. Cit. pp. 407-408. Ver SABINE, George H. *Hume's Contribution to the Historical Method*, Op. Cit. Vol. I, p. 7. Ver também FORBES, Duncan. *Hume's Philosophical Politics*. Op. Cit. p. 316

homens em si. Como nota Forbes, “The ‘is’ of human nature constitutes a reason-governed ‘system’ that is an ‘ought’, which in turn presupposes a God-governed system of all rational beings who recognize their obligation as moral agents¹⁹⁰”.

Hume vai de encontro ao jusnaturalismo na medida em que este passa, às vezes de forma sutil¹⁹¹, da observação do acontecimento social à afirmação daquilo que não é dado à observação afirmar. Não há, portanto, no escocês “tão somente” a destruição de uma fundação “metafísica”, “racionalista” e “individualista” da Lei Natural. O que ele faz é estender a linha de observação até sua tensão máxima, delimitando o ponto a partir do qual nenhuma especulação poderá ter proveito¹⁹². Hume dá um tratamento necessariamente empírico onde havia um suporte (mais do que uma prática¹⁹³) teológico (e metafísico) para inferências. O escocês rejeita a necessidade e a possibilidade de se imaginar uma orientação advinda de uma sanção e fonte divina, de uma “razão” ubíqua, de um senso superior. O jusnaturalismo, por dar prioridade a estas explicações, categorizava as relações sociais dadas somente à observação em seu sentido “inferior”, “secundário”. O que permanece em Hume é este último sentido¹⁹⁴. Boa parte de seu esforço em valorizá-lo corresponde, antes, à secularização, e não a uma negativa radical de todo e qualquer princípio da Lei Natural, mesmo que esta possuísse vínculos com explicações teológicas. É a partir deste posicionamento que o escocês fundamenta algumas de suas afirmações contrárias ao jusnaturalismo: ao contratualismo, pois não se observa nenhum “contrato” na história da sociedade; ao homem natural, pois a *parcialidade* observada em qualquer lugar nos mostra que o homem é tão egoísta quanto capaz de se solidarizar e formar grupos¹⁹⁵; a uma “ordenação” superior, pois está além dos limites empíricos que justificariam chamar de inferência uma consideração. Se o mundo possui, com Hume, somente uma dimensão, é porque cada um desses

¹⁹⁰ FORBES, Duncan. *Hume’s Science of Politics*. In DUNN, John, HARRIS, Ian (editores). *Op. Cit.* Vol. II, pp. 9-10

¹⁹¹ Idem, p.9

¹⁹² FORBES, Duncan. *Hume and the Scottish Enlightenment*. *Op. Cit.* p. 98

¹⁹³ B. A. Haddock mostra que na jurisprudência inglesa (segundo a *common law*, que distava de “tempos imemoriais”), vigorava a regra prática mais que a escrita, o que priorizava a “sabedoria consagrada no processo e precedente”, sendo assim “superior a tudo quanto fosse expresso num ato de vontade, porque aproveitava completamente a experiência de gerações na adequação de instituições e práticas às exigências de situações imprevistas”. HADDOCK, B. A. *Uma Introdução ao Pensamento Histórico*. *Op. Cit.* pp. 63-64

¹⁹⁴ FORBES, Duncan. *Hume’s Science of Politics*. *Op. Cit.* p.6 e 9

¹⁹⁵ SABINE, George H. *Hume’s Contribution to the Historical Method*. *Op. Cit.* pp.3-4. Ver também DELEUZE, Gilles. *Empirismo e Subjetividade*. *Op. Cit.* p. 32 e 34

pontos é demonstrável empiricamente, nem que seja apenas para fazê-lo ao homem comum, que está atravessando a rua¹⁹⁶.

5.3

Virtude e progresso

A observação da vida comum não punha a Hume somente a questão do aprimoramento de seu método histórico para a refutação de princípios teológicos subjacentes ao mesmo. Na Inglaterra de seu tempo um profundo debate acontecia à medida que as práticas sociais sofriam uma transformação decisiva em relação a ideais republicanos ainda cultivados. Como foi exposto no terceiro capítulo, o posicionamento de Hume acerca dos debates políticos que envolviam os dois partidos ingleses em sua época era marcado pela moderação. Tal postura visava não apenas evitar um desastre social, uma guerra civil, mas fazia parte de um só e mesmo movimento de observação dos assuntos humanos em suas variadas esferas. Segundo J. G. A. Pocock, dois acontecimentos foram importantes balizas para a discussão da qual Hume irá participar: o aumento da profissionalização do exército e a fundação do Banco da Inglaterra, ambos em fins do século XVII¹⁹⁷. Interessa-nos aqui os aspectos mais gerais desse debate. O que se passou a considerar como um problema moderno (principalmente para a percepção neo-harringtoniana) foi a suposta perda de um ideal de *virtude* republicana por parte dos cidadãos, o que implicava numa nova visão da participação do homem em sociedade. A república (é importante lembrar) com a qual havia este tipo de identificação era a romana, não só devido à grande herança filosófica que legara, como também ao seu sistema político, que não deixava de admirar mesmo os *philosophes*¹⁹⁸. Mas o principal deste debate não se restringia a uma maior ou menor admiração por esses laços com a antiguidade clássica, e sim com o que esses dois acontecimentos vieram a instaurar na cena histórica no final do século XVII e no século XVIII.

No centro deste debate encontramos a propriedade. O ideal de virtude antigo rezava que o homem social e político existia em função da coletividade na

¹⁹⁶ FORBES, Duncan. *Hume's Science of Politics*. Op. Cit. p. 11

¹⁹⁷ POCKOCK, J. G. A. *Modalidades do Tempo Político e do Tempo Histórico na Inglaterra do Início do Século XVIII*. In *Linguagens do ideário político*. Op. Cit. p. 135. Idem, *A Mobilidade da Propriedade e o Nascimento da Sociologia do Século XVIII*. Op. Cit. p. 147

¹⁹⁸ Ibidem, *O Declínio e Queda de Gibbon e a Visão de Mundo do Final do Iluminismo*. Op. Cit. p.189

qual participava de maneira ativa, exercendo com diligência suas atividades ao encontro de uma convergência entre o *eu* e o *todo*. Tanto no que dizia respeito à identidade política, econômica, ou a qualquer aspecto da vida social, a propriedade indicava, com maior clareza, o grau de comprometimento do indivíduo para com seus semelhantes: o que aqueles dois acontecimentos viriam mudar seria o coeficiente de incerteza que se abria no mundo moderno. Enquanto a propriedade pudesse funcionar como índice de participação na vida pública, o homem seria, por princípio, ao mesmo tempo livre e senhor de seu destino. Haveria, portanto, uma “coincidência” entre as suas expectativas e o que poderia acontecer num futuro mais ou menos distante, já que sua identidade estava atrelada à sua participação ativa. O homem, assim, poderia não só se posicionar numa questão política pública como também pegar em armas se necessário fosse para defender a sua comunidade¹⁹⁹. Por mais idealizada (e até mitológica²⁰⁰) que tenha sido essa noção de indivíduo antigo para a era moderna, a profissionalização do exército e o surgimento, em grandes quantidades, de uma riqueza móvel representaram mudanças de fato na imagem republicana calcada numa semelhança mais ou menos próxima a essa *virtude* antiga (Pocock ressalta que tal imagem “idealizada” fora definida, principalmente, por James Harrington e reforçada pelos neo-harringtonianos por volta de 1670²⁰¹). Indo mais ao centro deste debate, nos diz Pocock, encontraremos principalmente a noção de uma degeneração da personalidade dos indivíduos sociais modernos²⁰² e um temor quanto ao futuro²⁰³. A propriedade, que tão bem apoiava a *virtude* e o ideal cidadão, possuía essa qualidade essencial que era a estabilidade, qualidade que passava a ser confrontada com a revolução financeira e a ascendência do comércio.

Pelo lado do debate que defendia a *virtude* tal qual era suposta por esse ideal republicano, o crescimento das relações essencialmente comerciais entre os homens os despojara da antiga convergência entre o *eu* e o *todo*, perda essa que, acompanhada da profissionalização do exército, excitava negativamente o

¹⁹⁹ Ibidem, *A mobilidade da Propriedade*. Op. Cit. p.148

²⁰⁰ Ibidem, *The Varieties of Whiggism from Exclusion to Reform*. In *Virtue, Commerce and History: Essays on Political Thought and History, Chiefly in the Eighteenth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988, p. 235

²⁰¹ Ibidem, *A mobilidade da Propriedade*. Op. Cit. p.146

²⁰² Ibidem, *The Varieties of Whiggism*. Op. Cit. p. 235. Ibidem, *O Declínio e Queda*. Op. Cit. p. 192

²⁰³ Ibidem, *Modalidades do tempo*. Op. Cit. p. 137

indivíduo a uma autocentração que, o tempo iria dizer, o tornaria não só mais egoísta como corrupto. Acentuando esta percepção, aconteciam, simultaneamente às transações comerciais, também aquelas de caráter especulativo, feita por financistas e baseadas no crédito, o que, segundo Pocock, abria a possibilidade de os homens se tornarem potenciais devedores uns dos outros no futuro. E o pior era que, enredados nesse novo enlace, a participação ativa no mundo social poderia degenerar num cenário em que cada homem

seria julgado e governado, a cada momento, pela opinião de outros homens quanto à probabilidade de que (...) gerações inteiras ainda por nascer, estariam ou não em condições e dispostas a quitar seus débitos em uma data futura (...). Os homens, parecia, eram governados pela opinião quanto a se certas fantasias dominantes viriam um dia a se realizar

A preocupação que se verificava com este fato era a ascensão de uma nova ideologia, baseada na “imagem de um futuro secular e histórico”, “aberto e indefinido”: “No mundo do crédito financeiro, o governo estava fundado na opinião, e a razão era serva das paixões”. Isso representava um embate do homem com sua própria história. O deslocamento fundamental era que a antiga confiança nutrida entre os concidadãos republicanos havia se transformado numa confiança do crédito especulativo, que variava não conforme a integridade do indivíduo, mas “conforme as esperanças e os medos do público investidor²⁰⁴”. Esses temores, expressos quando as relações capitalistas se alargaram por meio de uma complexidade maior do comércio e da especulação financeira, terão como base, nesse período, a perda da *virtude* antiga. A contraposição a tais receios será expressa pela afirmação positiva desse mundo incerto na modernidade, por meio da idéia de *refinamento*.

A principal crítica a ser feita a esse antigo ideal de virtude se encontra, sistematicamente, em quase todas as partes dos *Ensaio*s de Hume. Podemos uni-la, sem prejuízo interpretativo, à sua postura determinada em separar o paradigma da observação dos fatos do mundo de qualquer hipótese transcendental. Pois o escocês operou, como vimos anteriormente, uma atualização dos pressupostos da sociabilidade humana em um mundo secularizado. Podemos relacionar também essa crítica àquela empreendida contra a idealização de um passado histórico (presente em relação às formulações contratualistas de sua época e também em

²⁰⁴ Ibidem, pp. 135-138

seu ensaio *Da População das Nações Antigas*²⁰⁵) e de uma proposta puramente teórica e virtual para o futuro²⁰⁶. Seu ponto fundamental é que os defensores da virtude antiga não imaginaram a república romana como ela historicamente deve ter sido:

A virtude do patriota – sua autonomia e engajamento – não pode ser questionada desde que exista uma *polis* ou república em que possa ser exercida. Mas pode-se provar que ela repousava sobre bases arcaicas e restritivas. A cidade antiga situava-se em um mundo em que nem o comércio nem a agricultura eram adequadamente desenvolvidos, e por essa razão (...), o cidadão virtuoso era usualmente um senhor de escravos. Sua devoção às leis da cidade era característica de um mundo em que nem o comércio nem a cultura (...) forneciam laços sociais capazes de manter os homens unidos, e apenas a ‘severa *paidéia*’(...) da disciplina civil podia desempenhar a tarefa²⁰⁷.

Mas a tarefa que se colocara para os intelectuais que criticavam essa antiga concepção de virtude não estava de todo resolvida apenas por meio deste gesto. O que de novo se percebeu, de maneira geral, era a abertura para um futuro incerto que se materializava na figura não só do comércio, mas principalmente do homem especulativo (financista). Tornava-se necessário compreender se havia algum aspecto positivo relacionado a essa transformação. A posse e estabilidade fornecidas pela propriedade teriam permitido ao indivíduo antigo fazer-se cidadão e lhe garantido o controle da situação geral de seu universo social, mas sempre pela ótica de uma coletividade primordial; é esta ótica que se desfaz de um lado para se refazer mais adiante. Se o mundo comercial e especulativo era dotado dos signos individualista e passional, a regulação do futuro não poderia mais ser imaginada como o simples ato de esperar que este já estivesse representado, de alguma forma, no presente, e sim como o ato de, pela experiência, compreender tais dimensões por meio da *probabilidade*: não apenas para que as coisas funcionassem a contento, mas também para “criar condições sob as quais seu atendimento [das expectativas] seria mais provável²⁰⁸”.

²⁰⁵ Forbes faz um comentário interessante, ao falar sobre a noção de uniformidade da natureza humana, acerca dessa desmistificação sempre presente em Hume: “(incidentally, it might be argued that Hume’s insistence on the fundamental similarity of the ancients and the moderns was a useful *historical* corrective of the very common view of them as super-human, in some ways unnaturally, i. e. supernaturally, virtuous)” FORBES, Duncan. *Hume’s Philosophical Politics...* Op. Cit. p. 118

²⁰⁶ HUME, David. *Ensaaios Morais, Políticos e Literários*. Op. Cit. pp. 152-153

²⁰⁷ POCOOCK, J G A. *A Mobilidade da Propriedade* Op. Cit. p.154. Idem, *O Declínio e Queda*. Op. Cit. pp. 192-193

²⁰⁸ Ibidem, *A Mobilidade da Propriedade*. Op. Cit. p. 153

É verdade que a dinâmica de um mundo comercial e especulativo tendia ao descontrole das condições sociais num período de longo prazo, mas, ao mesmo tempo, ela indicava, por contraste, novas relações nas quais o controle não estava de todo ausente, mas sim deslocado. Se de um lado tem-se uma relação entre virtude e liberdade, e, de outro, comércio e imprevisibilidade (outras relações são igualmente possíveis), a crítica ao arcaísmo e à restrição subjacentes à antiguidade estabelece um paralelo importantíssimo ao homem moderno, na medida em que lhe dá uma noção profunda de seu distanciamento em relação ao passado antigo²⁰⁹. Numa crítica à visão do homem econômico como figura conquistadora e masculina, Pocock mostra como a virtude antiga (que não deixava de representar um símbolo de domínio) não foi substituída por um outro tipo de virtude, mas sim por uma nova postura diante da dinâmica do mundo moderno, reconhecidamente passional e perigosamente imprevisível:

[Tal imagem do homem econômico] é uma fantasia da industrialização do século XIX (o *Manifesto Comunista* é sem dúvida um exemplo clássico). Seu predecessor do século XVIII era visto como um ser no todo feminizado, (...), ainda lutando contra suas próprias paixões e histerias e contra forças internas e externas deixadas à solta por suas fantasias e apetites (...). a nova imagem especulativa do homem econômico era o oposto da figura essencialmente paternal e romana do cidadão patriota. Portanto, no debate do século XVIII sobre as novas relações entre sociedade organizada e economia, a produção e a troca são regularmente equiparadas à ascendência das paixões e do princípio feminino. Elas recebem um novo papel na história, que é o de refinar as paixões, mas existe o perigo de que possam tornar as sociedades efeminadas²¹⁰.

Já não se trata mais de restabelecer, mas sim de comparar; também não apenas de comparar, mas de empreender um sistema de meios tal que o perigo possa ser minimizado para que se aproveite a contrapartida que a modernidade oferece e que a antiguidade não poderia ter oferecido. Vemos aí uma noção de progresso por meio do *refinamento* das paixões (isto é, do imprevisível) em contato com uma abundância maior de objetos, de possibilidades e de trocas que somente o mundo comercial seria capaz de disponibilizar e tornar mais acessível:

A mente formulava suas idéias em resposta às sensações e aos objetos encontrados na experiência. À medida que os homens evoluíam em sua capacidade produtiva, ao longo dos sucessivos estágios da história, eles expandiam suas próprias mentes, multiplicando os objetos aos quais elas respondiam²¹¹.

²⁰⁹ Ibidem, *O Declínio e Queda. Op. Cit.* p.193

²¹⁰ Ibidem, *A Mobilidade Propriedade. Op. Cit.* p. 154

²¹¹ Ibidem, *O Declínio e Queda. Op. Cit.* p.195. Ibidem, *Barbarism and Religion. Volume III. Op. Cit.* p. 374

O duplo movimento, de comparar com distanciamento e criar um novo modo de ligação entre o indivíduo e sua coletividade era, sem dúvida, mais auto centrado. Mas, apenas na medida em que poderia responder a, e não procurar substituir, novas demandas por meio de uma autorepresentação que se distinguiu da virtude antiga com a mesma profundidade que a modernidade se distinguiu do passado clássico e que a expectativa social se projetava para um futuro em aberto. Havia um preço a pagar, que seria a constante dúvida de se, em perdendo a virtude, o homem mercantilista não estaria se associando cada vez mais à corrupção²¹². Para uma concepção histórica e sociológica, entretanto, esse preço era menor que a elasticidade analítica que o novo tempo engendrava²¹³. O princípio da virtude antiga feneceu quando a análise crítica da sociedade deixou de pensar o presente a partir de uma reflexão (mais ou menos útil, mais ou menos idealizada) das práticas do passado exclusivamente, e pôde assim formular uma imagem que, doravante, para se sustentar, deveria observar a experiência dos fatos humanos e inferir por meio de uma probabilística existente no próprio campo social. É assim que uma nova forma de solidariedade é erigida em lugar daquela antes tão segura e estável da *virtude*²¹⁴:

A ascensão do comércio e da cultura tinha compensado a perda em virtude, que essa ascensão trouxera consigo, e tinha aumentado enormemente a capacidade humana de produção e consumo, de troca, independência e solidariedade; e, sobre essas bases, deviam ser erigidos novos sistemas éticos que mostrassem como a preocupação do homem com o seu próprio bem-estar poderia ser convertida em preocupação com o bem-estar de seus próximos sociais²¹⁵.

²¹² Ibidem, p.192. Ibidem, *A Mobilidade da Propriedade. Op. Cit.* p. 160. Ibidem, *Hume e a Revolução Americana. Op. Cit.* p. 183

²¹³ Creemos ser este o motivo pelo qual um dos principais ensaios de Pocock sobre esse profundo debate intitular-se *A Mobilidade da Propriedade e o Nascimento da Sociologia do Século XVIII*.

²¹⁴ Pensamos que o uso de expressões como “em lugar de”, “sob a”, “em vez de” etc. não correspondam, precisamente, à cisão entre, ao mesmo tempo, uma imagem idealizada do passado e uma percepção de “superioridade” do presente como, também, ao paradigma de um mundo estável no passado e instável na modernidade e, principalmente, às novas bases metodológicas, que *mutatis mutandis*, ajudaram a definir o conhecimento sociológico e histórico dos séculos seguintes. Sem entrar no mérito da questão epistemológica, vemos uma proximidade entre esta colocação e a definição de Michel Foucault, em seu livro *As Palavras e as Coisas*, acerca da transição dos “períodos epistêmicos” (a passagem de um modo de pensamento e reflexão teórico a outro): “(...) essas ‘epistemes’ não se sucedem umas às outras dialeticamente, nem se agregam. Elas simplesmente surgem uma ao lado da outra (...). Uma nova ciência da vida (...) não se insurge contra as suas predecessoras; ela simplesmente se cristaliza ao lado delas, preenchendo o ‘espaço’ deixado pelo ‘discurso’ das ciências anteriores”. WHITE, Hayden. *Foucault Decodificado In Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto, Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: EDUSP, 1994, pp. 257-258

²¹⁵ POCKOCK, J G A., *O Declínio e Queda. Op. Cit.* p. 192. Idem, *Hume e a Revolução Americana. Op. Cit.* p.178

Esse debate, em torno de tal “antítese”, circundou quase toda a filosofia da história do século XVIII²¹⁶. Sua importância aqui nos dá ao menos alguma dimensão do que estava relacionado tanto à idéia de progresso quanto à de secularização. À perda da virtude seguiu-se, pois, um incremento da vida social, mas não houve então uma substituição de um ideal por outro; antes, podemos observar um prejuízo na crença em ideais, que se materializa, por exemplo, na desconfiança de Hume em projetos “de gabinete”, por assim dizer. Afigura-se que por mais progressistas que fossem os iluministas (os ensaios econômicos de Hume, analisados brevemente no quarto capítulo desta dissertação, transpiram essa esperança) esse confronto entre indivíduo e história, entre passado e futuro traduzia-se melhor em termos de aspiração²¹⁷ - que difere da idealização pelo motivo primeiro da aceitação de um futuro em aberto e incontrolável em seu todo. Esse juízo reafirmava a incompatibilidade gerada no interior de um período histórico, provavelmente sem retorno, e que requeria à percepção filosófica (num sentido amplo) “uma explicação das forças em ação na história, baseada em uma contradição fundamental e reconhecida²¹⁸”.

5.4

O aprimoramento segundo um conservador

Podemos afirmar que a concepção histórica de Hume, embora abalada diante deste cenário, se fiava por pelo menos dois princípios claros e interligados: (a) cada época deve ser reconhecida pelas suas práticas (principalmente políticas) estabelecidas²¹⁹; (b) a sociedade comercial, polida e cosmopolita é superior a qualquer outra que tenha existido²²⁰.

Uma forma de compreender como esses princípios estavam articulados em seu pensamento pode ser feito por meio de uma de suas principais propostas “progressistas”. Estamos nos referindo ao que foi debatido no quarto capítulo:

²¹⁶ Ibidem, *The Varieties of Whiggism*. Op. Cit. p. 231

²¹⁷ Uma passagem, retirada do ensaio *Idéia de uma República Perfeita*, pode tornar esse ponto mais claro: “A meta de fazer um governo assim florescer durante muitas gerações é um incentivo suficiente para o empenho dos homens. Isso sem pretender atribuir a qualquer obra humana aquela imortalidade que o Todo-Poderoso parece ter recusado às suas próprias criações”. p. 742 (grifo nosso)

²¹⁸ POCOCK, J G A., *Hume e a Revolução Americana*. Op. Cit. p. 176

²¹⁹ FORBES, Duncan. *Hume's Philosophical Politics*. Op. Cit. p.309

²²⁰ POCOCK, J G A., *The Varieties of Whiggism*. Op. Cit. p. 250

uma comunidade de nações ligadas por meio do comércio e da política (e, de maneira *indireta*, pela cultura). Essa proposta rendeu-lhe, por muito tempo, o rótulo de “conservador”²²¹, que parece contradizer a atual noção de que no Iluminismo o progresso da sociedade humana apresentou-se como um problema principal aos *philosophes*. Contudo, tal qualificação encontra-se fundamentada nesse debate profundo acerca da virtude e do refinamento, debate este que, como vimos, não foi compreendido pelos iluministas sem que permanecesse a desconfiança em relação a uma possível degeneração do homem social moderno via corrupção. Hume era tido como um conservador, mas o contexto desse conservadorismo está diretamente relacionado à sua discordância profunda para com manifestações correntes do ideal republicano que, em sua época, associavam o ideal de virtude antiga à conquista cada vez maior da liberdade (não só civil, como também política) – e boa parte de um certo chauvinismo para com a França reside no fato dela justamente ser uma monarquia²²². Embutida em tal ideal, Hume percebia uma intransigência que, fomentada pelo faccionismo, em muito o desagradava. Esse fenômeno é tratado diversas vezes em seus ensaios políticos, que refletem, no plano histórico, uma forte tendência de seu tempo em unir uma visão idealizada do passado a aspirações imediatas do presente. Por empreender essa separação, por pensar prioritariamente numa atualização do conhecimento, e procurar o tom da imparcialidade²²³, Hume é considerado um conservador²²⁴. Seu temor, em última análise, sempre voltava para este mesmo ponto: o perigo de uma exaltação advinda do facciosismo²²⁵. O problema maior dessa visão republicana

²²¹ FORBES, Duncan. *Hume's Science of Politics*. Op. Cit. p.1. WEXLER, Victor G. *David Hume's Discovery of a New Scene of Historical Thought*. In DUNN, John, HARRIS, Ian (editores). Volume I, p. 510. No período de Hume, ser um conservador significava estar associado ao partido da nobreza (Tory), que desejava a manutenção de seu *status quo* e de seus privilégios. Hume, afinal, não concorda inteiramente nem com o “conservadorismo” dos *Tories*, e nem com o “liberalismo” dos *Whigs*, que tendia a um republicanismo demasiadamente “literal”, como o debate sobre virtude e refinamento procura mostrar.

²²² Uma ciência política comparada só se torna possível com Hume, pois ele detestava esse tipo de manifestação algo paroquiana e insular. Ver FORBES, Duncan. *Hume and the Scottish Enlightenment*. Op. Cit. pp. 91-92

²²³ Entretanto, mesmo em buscando a imparcialidade, Hume não deixava de ser tão parcial assim. WEXLER, Victor G. *David Hume's Discovery of a New Scene*. Op. Cit. p. 509

²²⁴ O “conservadorismo” de Hume se explica também porque, ao adotar tal critério metodológico, desagradava, naturalmente, os republicanos (*Whigs*), tidos por liberais. Por consequência, como em qualquer momento da história política humana, era associado ao partido conservador (*Tory*), que, entre outras coisas, apregoava a “obediência passiva”, não menos contestada pelo escocês.

²²⁵ CONNIF, James. *Hume's Political Methodology: A Reconsideration of “That Politics May Be Reduced to a Science”*. In DUNN, John, HARRIS, Ian (editores). Volume I. Op. Cit. p. 390: “Violence in language leads to violence in action. Hume, very much aware of the arbitrariness of all opinions, was opposed to both no matter who the party”.

(ligada a ideais da antiguidade) era que ela também tomava emprestada do passado clássico um certo anseio imperialista subjacente ao projeto de reformulação do mundo segundo o qual a liberdade *pura* deveria ser não só almejada por todos os povos como também espalhada (e implementada) para aqueles que viviam sob o jugo de qualquer forma autoritária de governo²²⁶. Um ideal político, por si mesmo, é uma fórmula admitida segundo determinadas concepções que vigoraram sob determinadas circunstâncias²²⁷. O republicanismo moderno (contemporâneo a Hume) se esquecia, sobretudo, deste último ponto. Um ideal político ignora, assim, a diversidade política encontrada naturalmente em povos que vivem num mesmo período²²⁸; mais ainda se enganam os homens quando teimam, por um ideal, em assemelhar-se a um passado que lhes causaria espanto caso fosse a eles revelado em sua condição real (social e material)²²⁹. Um ideal político *puro*, ainda que criterioso, dotado de cautelas e recomendações é “impossível de se realizar²³⁰”. Um ideal republicano (na sua forma pura, “trans-histórica”) não teria condições de funcionar pelo mesmo motivo que não funcionara no passado; aos que objetavam que a falência do império romano teria acontecido devido ao luxo desmedido, ao uso de mercenários, enfim, à perda da *virtude* (que, por isso mesmo deveria ser reverenciada no presente), Hume empreende a crítica histórica com mais vigor: a virtude era belicosa, era “desumanamente severa”, a economia antiga era primitiva²³¹ : “the decline and fall of the empire was a consequence of the decline and fall of the conquering republic, and both an effect of the limitations of the ancient economy²³²”. E isso

²²⁶ Idem, p. 382. Um exemplo interessante dessa idéia “imperialista” é expresso no próprio medo que os ingleses tinham da França: “The danger that France might manage to rid herself of her burden of debt quicker than England and be in a position to give the law to all Europe was one of the most powerful arguments used by contemporary writers”. FORBES, Duncan. *Hume’s Philosophical Politics*. Op. Cit. p. 175 (grifo nosso)

²²⁷ Tal noção de ideal político é o que se subentende da concepção de Hume de que cada época deve ser julgada conforme suas práticas, principalmente as políticas.

²²⁸ Hume fala sobre o erro contido na exaltação, constatável em muitos dos partidários, da “virtude de ancestrais remotos”: “(...) a falácia é facilmente percebida quando se comparam diferentes nações que são contemporâneas, situação em [que] podemos julgar de modo mais imparcial, analisando da forma adequada a oposição entre costumes com os quais estamos bastante familiarizados”. HUME, David. *Ensaio Morais, Políticos e Literários*. Op. Cit. p. 431

²²⁹ Podemos mencionar mais uma vez o ensaio *Da População das Nações Antigas* como marco dessa crítica histórica de Hume.

²³⁰ POCOCK, J G A., *Hume e a Revolução Americana*. Op. Cit. p. 175. Ver também CONNIF, James. *Hume’s Political Methodology*. Op. Cit. p. 393: “Hume shows, partly through ridicule and partly by revealing the complexity and uncertainty of political issues, that sure political knowledge, either rational or scientific, is impossible”.

²³¹ POCOCK, J G A. *O Declínio e Queda*. Op. Cit. pp. 192-193

²³² Idem, *Barbarism and Religion*. Volume III. Op. Cit. p. 387

acaba por se transformar num juízo acerca do próprio pensamento antigo. No Iluminismo,

“(...) a filosofia política seria admirada em sua modalidade romana e estóica, mais do que ateniense e acadêmica. (...). Em consequência, o Iluminismo anglo-francês (...) estava condenado a levar adiante a tradição humanista e cívica e a tradição republicana clássica do Renascimento, e a ver o fracasso da filosofia antiga e o fracasso da política da Antiguidade como uma única coisa²³³”.

Observamos, assim, como aqueles dois princípios, citados no início deste sub-capítulo, se articulavam em Hume: uma noção histórica crítica das práticas políticas de cada período e uma concepção de progresso que se revelava pelo contraste obtido justamente por tal crítica. Que essa “ciência política comparada”, como a denomina Forbes, careça de informações em profundidade sobre muitos dos governos que aborda²³⁴ e faça, em diversos momentos, uma comparação exaustiva entre a antiguidade clássica e a modernidade, era porque tal comparação calava profundamente nos debates políticos de seu tempo. Esses dois princípios encontram-se na fundamentação do projeto de Hume, que, visto no contexto de uma reflexão histórica, condiz com a afirmação de Forbes de que em Hume (como também para os iluministas escoceses) persegue-se mais o *improvement* dos assuntos humanos, “a harsh necessity to adapt more or less painfully to something objective and coldly observed”, do que propriamente a crença ou um estatuto do *progresso*²³⁵.

A adoção de uma perspectiva empírica o leva, portanto, a considerar que se existe algo como o progresso ele deve ser realizável por meio de uma expansão da qualidade material de vida que apenas uma economia fluente poderia fornecer. De fato, essa é uma proposição que busca interpretar nas conquistas modernas a inflexão pela qual o sujeito social se transformou num agente histórico secular, por isso mesmo mais elástico, diversificado, e, por vezes, mais especializado. A autocentração é um fenômeno positivo na medida em que reflete tais transformações e reafirma não só a complexidade de um presente histórico novo, como também a dilatação das relações sociais e, com isso, a possibilidade de

²³³ Ibidem, *O Declínio e Queda*. Op. Cit. p. 189

²³⁴ FORBES, Duncan. *Hume and the Scottish Enlightenment*. Op. Cit. pp. 107-108

²³⁵ FORBES, Duncan. *Hume's Science of Politics*. Op. Cit. p. 5. Idem, *Hume's Philosophical Politics*. Op. Cit. pp. 187-188. Ver também WOOTTON, David. *David Hume, "the historian"*. Op. Cit. p. 295: Hume não compartilhava da idéia de Turgot de que toda história é uma história do progresso rumo à perfeição.

percepções multifacetadas da realidade, numa abertura aos espíritos da capacidade de comparar situações e objetos e, por meio de uma síntese, refinar-se: esse ser histórico é (e deve ser), principalmente, um empreendedor, tanto na sociedade quanto de si mesmo (por meio do *refinamento*). O que Hume verifica são justamente as condições de possibilidade para que tal projeto se realize: as monarquias civilizadas²³⁶; a moderação em política²³⁷; a balança de poder; o refinamento das paixões²³⁸; a expansão do comércio pela troca entre uma pluralidade de Estados²³⁹. Com cada um desses argumentos e ambições ele promove a atualização da percepção histórica dos agentes sociais e, principalmente, políticos de seu tempo. Essa é a medida de sua reflexão sobre a modernidade:

Hume's object was to get men, both Whigs and Tories, to turn round and face the present and the future; a new secular, scientific age of economic challenge and opportunity especially²⁴⁰.

5.5

Ironia e julgamento

Acima apontamos que um dos princípios de Hume era a de uma crença na superioridade da sociedade comercial moderna sobre a antiga. Contudo, essa superioridade tinha um efeito de comparação em nada direto, muito mais problemático e complexo do que o entusiasmo pela verificação de um mundo melhor. Não deve subsistir na análise, também, a falsa suposição que confundiria individualismo com o sujeito autocentrado. De pronto Hume argumenta que o que há é uma nova forma de organização social, oblíqua, indireta, mas eficiente quando bem administrada pelo Estado, pela justiça, quando aprimorada pela cultura, quando o hábito do trabalho num mundo comercial dá um sentido irreversível à vida²⁴¹. Ademais, é a parcialidade das nossas afeições o que nos define, mais que o egoísmo subjacente à expressão “interesse próprio”, avara de nascença. De fato, do que já foi exposto aqui, a crítica histórica parece ter imprimido a mudança mais profunda na concepção política de sociedade para o

²³⁶ FORBES, Duncan. *Hume's Science of Politics*. Op. Cit. p. 3

²³⁷ Idem, *Hume's Philosophical Politics*. Op. Cit. p. 223: “The mixed monarchy of Britain was a form of government which called especially for the virtue of moderation (...)”.

²³⁸ POCOCK, J G A, *The Varieties of Whiggism*. Op. Cit. p. 236

²³⁹ Idem, *Barbarism and Religion*. Volume III. Op. Cit. pp. 373-382

²⁴⁰ FORBES, Duncan. *Hume's Science of Politics*. Op. Cit. p. 5

²⁴¹ HUME, David. *Ensaio Morais, Políticos e Literários*. Op. Cit. p. 460.

escocês (e dos *philosophes*). Mas essa crítica possuía um sentido, uma razão que a articulava para que se ativesse somente ao essencial da história.

Em Hume esse sentido se define, no interior de uma história política, sobretudo pela instituição e pela lei. A política pode ser uma ciência quando há estabilidade, a estabilidade do governo (instituição e lei), independente dos humores de homens particulares²⁴². Sua tentativa de tornar evidente que a causalidade, por meio de uma regra geral, poderia demonstrar o desenvolvimento daquilo que de mais importante existe na estrutura das sociedades (ciências e artes, saber) parte de uma verificação histórica: existe uma regularidade *política* que torna tal comprovação possível²⁴³. As três primeiras observações em seu ensaio sobre as artes e as ciências dão o tom mais claro desta verificação, em relação a uma crítica do passado e também à condição institucional dos governos modernos: (a) as artes e as ciências são produto de governos livres; (b) a educação e a instrução são produtos de governos livres e relacionados entre si; (c) houve uma disseminação de ambas porque o governo moderno, a força das leis a possibilitou. Nesta última observação, mais até do que nas duas primeiras, Hume empreende uma ponderação exatamente calcada na sua verificação histórica, na sua descoberta da *civilidade* na Europa. É esse enfoque que lhe permitiu diferenciar as leis e as instituições como forças preponderantes na sua teoria histórica: e no interior delas, como índices de todo o desenvolvimento social, encontrar os legisladores, os homens de Estado:

The perfecting of law and government presupposes a certain degree of advancement in the ‘more vulgar arts at least of commerce and manufacture’. We cannot expect a government to be well-modelled by a people who do not know how to make a spinning-wheel (...). Thus the appearance of the legislator presupposes a certain level of civilization²⁴⁴.

O que temos em Hume, de mais importante em sua história social, são os elementos do progresso, de uma modernidade. O que não existe é um *processo* que, doravante, mudará o aspecto do mundo sem que as pessoas nele envolvidas possam fazer algo em contrário. Há ainda no escocês uma contrapartida que torna quase impossível à sua crítica histórica imaginar um desenvolvimento que não possa vir a ser solapado num dado momento: a consideração da natureza humana.

²⁴² FORBES, Duncan *Hume's Philosophical Politics. Op. Cit.* p. 222

²⁴³ Idem, *Hume and the Scottish Enlightenment. Op. Cit.* p. 104: conceito de “regularidade dos governos modernos”.

²⁴⁴ Ibidem, *Hume's Philosophical Politics. Op. Cit.* p. 316

Mas para que essa observação não incorra em anacronismo, devemos levar em conta que os *Ensaio*s não tratam somente de observações históricas, formando um conjunto integrado que encontrava na regra geral uma síntese. Esse trabalho possuía múltiplas faces, e para usar novamente a expressão de Forbes, ele tratava mais de uma *atualização* secularizada do conhecimento social do que de um aporte epistemológico que englobasse todos os fatos segundo um singular pressuposto. Não é por outra razão que a instabilidade no presente que encontramos em sua comparação histórica (a possibilidade de que tudo possa vir a mudar com uma revolução “apressada”) se relaciona diretamente ao recrudescimento do facciosismo em seu tempo, e que esse mesmo trabalho de comparação e de constatação de um progresso seja definido como (e que tenha por objetivo) a promoção da moderação em política²⁴⁵.

Encontra-se (por isso mesmo) com frequência uma crítica à visão histórica dos *philosophes* e em especial a Hume. Se por um lado é facilmente identificável a importância da história tanto para o entretenimento (que era uma forma de conhecimento, e, portanto, de *refinamento*²⁴⁶) quanto como negativa a qualquer pressuposição trans-histórica, por outro ela é usualmente equiparada ao gesto irônico de observação impassível dos assuntos humanos destituídos de qualquer significado geral²⁴⁷. Todavia, por mais correta que possa parecer, tal crítica não deve ser aceita sem algumas ressalvas. Poderíamos dizer até, sem distorção interpretativa, que Hume agiu como um historiador (*mutatis mutandis*) moderno na *fundamentação* de sua verificação histórica. Esta partiu de uma constatação das mudanças recentes de seu mundo, intimamente ligadas à *regularidade* dos governos modernos. Posto isso, ele identificou o que dava condição a essa regularidade (que se lhe expressava por meio de um tipo de liberdade²⁴⁸): a segurança da propriedade, o fomento da indústria, o florescimento das artes, em suma, governos de leis, não de homens. Vem daí seu conceito de monarquia civilizada. Ora, sua crítica histórica o fez considerar, pelo menos, duas coisas

²⁴⁵ Ibidem, p. 150 e p. 309. CONNIF, James. *Hume's Political Methodology*. Op. Cit. p. 386

²⁴⁶ Esse é o tema do ensaio *Do Estudo da História*.

²⁴⁷ “Quando Hume passou da filosofia para a história (...). Achou ele cada vez mais difícil, porém, manter o interesse por um processo que só lhe exibia o eterno retorno da mesma insensatez em muitas formas diferentes”. WHITE, Hayden. *Meta-História: a imaginação histórica do século XIX*. Tradução de Jose Laurenio de Melo. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 68

²⁴⁸ FORBES, Duncan. *Hume's Philosophical Politics*. Op. Cit. pp. 140-173: é sempre válido lembrar que o conceito de liberdade na maioria dos governos que Hume conhecia era algo mais próximo do social, não do político.

importantes: era necessário definir politicamente o estatuto da modernidade – o que só se tornava possível por meio de uma metodologia comparativa –, e, em o definindo, compreender suas condições de existência. Essas se mostraram a ele instáveis porque no interior do empirismo – e isso se encontra na sua explicação da *regra geral* no ensaio sobre as artes e ciências – não existe somente um movimento histórico que, uma vez registrado, pode ser desdobrado até uma consequência última, uma finalidade: nesse aspecto, agentes do presente podem modificar substancialmente as condições de um futuro próximo com o poder de quem é capaz de derrubar os frágeis sedimentos que garantem a continuidade da história.

De maneira que, para alguns, Hume adotará uma abordagem histórica irônica por sempre encontrar elementos “irracionais”, “rudes”, que ele teimaria em julgar e corrigir; e isso acaba por arrastar qualquer outra consideração que tenha feito sobre a matéria. Para Meinecke, por exemplo, “Su pensamiento e investigación históricos no fueron predominantemente otra cosa que psicología aplicada, o, más exactamente, un intento de confirmación por la historia de su propia idea de la naturaleza humana²⁴⁹”. O problema dessa visão (eu não diria o *equivoco*) é que ela trata todas as considerações do escocês apenas pelo viés de uma psicologia aplicada aos fatos históricos; é que ela associa, automaticamente, a sua percepção histórica ao fato de que, sendo o homem dotado de mecanismos psicológicos atemporais, sua conduta repetir-se-á *ad infinitum* apenas como resposta às circunstâncias dadas; como se o próprio Hume tivesse considerado, afinal, que seu esforço de atualização resultara inútil, e que a história voltaria a se repetir como sucessões de progresso e decadência. Mas é isso, principalmente, o que não encontramos na sua verificação histórica, tampouco no próprio debate acerca da virtude e do refinamento. Nesses dois casos, o passado é criteriosamente analisado conforme as condições de existência demonstradas entre ele e o presente, o que constitui um esvaziamento de qualquer tom exemplar dado à história. Talvez o ponto principal de tal crítica feita ao escocês seja o fato de que, mesmo em compreendendo essas novas forças históricas em ação, ele ainda insista num julgamento destas em relação aos princípios da natureza humana²⁵⁰.

²⁴⁹ MEINECKE, Friedrich. *El Historicismo y su Genesis*. Op. Cit. p. 179

²⁵⁰ HUME, David. *Ensaio Morais, Políticos e Literários*. Op. Cit. p. 786: “(...) mas, quando fala como um *Historiador*, em suas narrativas particulares, ele [Hume trata de Maquiavel como

Não é equivocado dizer que tal julgamento histórico acaba por equiparar, de alguma forma, os atos dos indivíduos do passado aos do presente. Contudo, é igualmente prejudicial enformar todo seu método comparativo, seja em relação ao passado e em relação à política de seu tempo, por esse mesmo e exclusivo viés de equivalência. Há uma passagem mais longa do próprio Meinecke que coloca com maior precisão a noção de história em Hume:

La experiencia le enseñaba, sin embargo, que la diversidad del gusto entre los hombres, pueblos y épocas, es mucho más considerable de lo que pudiera parecer a primera vista (...). Las inocentes peculiaridades que encontramos en las obras de arte del pasado, no deben perturbar nuestro juicio. Los errores especulativos de la religión son igualmente disculpables y la crítica de la poesía antigua puede prescindir de los absurdos de la doctrina pagana sobre los dioses. Pero donde se manifiesta la beatería y la superstición o donde las ideas de la moral y de la congruencia aparecen sensiblemente violadas, en tal caso debe juzgarse que el arte se ha deformado²⁵¹.

O que encontramos pode ser descrito como uma *dualidade*: as questões morais, presentes no julgamento histórico, onde pesa o conceito de uniformidade da natureza humana, de uma moralidade que é sentida e não racionalizada por todos os homens e em todas as épocas²⁵², e que cabe ao historiador considerar a virtude de um tempo ou, em contrário, os seus vícios. É um tratamento dos fatos históricos, em cujo centro não se encontram biografias ou feitos admiráveis, mas todo o trabalho do tempo sobre uma quantidade tal de pessoas (e de suas relações sociais) que passa a se tornar possível inferir o desenvolvimento de eventos que englobam uma totalidade como a Inglaterra e a Europa, a história antiga e a contemporânea. Isso pode explicar porque Hume achava que as análises de Maquiavel eram “falhas”, “limitadas” e que chegava a conclusões “que a experiência posterior não tenha refutado completamente”; que o florentino havia “vivido numa época remota demais do mundo para que fosse um bom juiz da verdade política”; que, afinal, “o mundo é jovem demais para que se possa formular em política um grande número de verdades gerais, que permanecerão verdadeiras até a mais remota posteridade²⁵³”. A esse respeito, seria errado afirmar que Hume tornou-se um historiador irônico, ou que seu ceticismo ao final prevaleceu. Mais correto seria afirmar que antes de ser um “psicólogo”, Hume era

exemplo de historiador] demonstra uma indignação tão intensa contra o vício e uma aprovação tão vigorosa da virtude, em muitas passagens (...).’

²⁵¹ MEINECKE, Friedrich. *El Historicismo y su Genesis*. Op. Cit. p. 188

²⁵² CONNIF, James. *Hume’s Political Methodology*. Op. Cit. pp. 391-392

²⁵³ HUME, David. *Ensaio Morais, Políticos e Literários*. Op. Cit. pp. 195-196

um moralista, um sociólogo e um historiador²⁵⁴, que possuía uma visão secularizada dos assuntos humanos que se traduzia pela *atualização* do conhecimento, tendo como resultado o julgamento do passado na sua relação com um projeto “de uma sociedade justa na sua própria época²⁵⁵”. Aquela *dualidade* significa que, em Hume, qualquer forma de relativismo embutido no método comparativo encontrará como limite o julgamento do historiador²⁵⁶. Todavia, esse julgamento é posterior não a uma concepção otimista (uma idealização e um projeto trans-histórico), mas sim a uma teoria histórica que leva em conta transformações na coletividade, nos modos, nos costumes de povos, sendo essas transformações percebidas pelo aperfeiçoamento político, pelo desenvolvimento dos governos. Este é o marco para Hume, a partir do qual realiza suas generalizações: a tese de que se pode verificar o desenvolvimento social conforme seu governo. É provável que, por definir esse recorte, esse modelo, Hume tenha pensado que tal aprimoramento era extremamente recente, e que poderia correr excessivos riscos por ser o fator primordial para o futuro das nações²⁵⁷; que, como moralista, cabia a ele denunciá-los. Em síntese, seu método histórico (crítico-comparativo) é principalmente secularizado. O que não há é um sentido histórico desenvolvido a partir desse método. Em seu lugar, encontramos uma abordagem judiciosa dos fatos históricos. Não há uma autonomia dos fatos históricos porque não houve, “automaticamente”, uma “substituição” do sentido escatológico, providencial, por outro equivalente²⁵⁸. A compreensão das relações sociais para Hume estava relacionada a um devir em aberto, sendo que o julgamento moral dos fatos históricos realizado por aquele que os analisa ocupa apenas uma *parte* do método.

Um elemento de grande importância para aquele período, assim, reside na distância das concepções sociais (muitas vezes idealizadas) do passado e do presente, que tal abordagem da história tornou mais explícita. O que era também uma característica do século XVIII, e que de maneira especial está representada em Hume, é estabelecer um critério que avalia, com alguma solidariedade, os atos

²⁵⁴ DELEUZE, Gilles. *Empirismo e Subjetividade*. Op. Cit. p. 12

²⁵⁵ WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso*. Op. Cit. p.164

²⁵⁶ HUME, David. *Ensaio Morais, Políticos e Literários*. Op. Cit. p. 504: “Príncipes e homens de estado, em todas as eras, podem, de antemão, se mostrar cegos em seus raciocínios sobre os acontecimentos. Mas seria extraordinário que os historiadores, posteriormente, não formassem um julgamento mais sólido sobre eles”.

²⁵⁷ FORBES, Duncan. *Hume's Philosophical Politics*. Op. Cit. p. 229

²⁵⁸ SABINE, George H. *Hume's Contribution to the Historical Method*. Op. Cit. p. 18

históricos em relação a uma (ainda que comprovável empiricamente) *constante* da natureza humana: no caso, um critério moral²⁵⁹.

5.6

A uniformidade da natureza humana

Vimos anteriormente que o escocês dava prosseguimento à hipótese da Lei Natural reconhecendo o vínculo dos homens em sociedade, secularizando-a. A sua regra geral se fia, sobretudo, por uma história das grandes transformações, capaz de demonstrar, através de uma gama de exemplos, o grau de penetração de determinadas mudanças sociais. Por isso o gênio dificilmente é uma mera individualidade à parte do meio no qual surgiu. As mudanças em Hume, pelo que ele demonstra ser o limite de seu tratamento dos fatos históricos, são essencialmente frutos de uma integração social entendida como existente:

To this *Zeitgeist*, as well as to individual genius, must be attributed the achievement of a people, whether in the practical affairs of government, politics, and commerce, or in such intellectual products as literature and art. For, from this point of view, the individual is seen to exist no longer as an isolated unit but to stand in the closest reciprocal relations with the society about him²⁶⁰.

Tal consideração demonstra, a princípio, que uma história de longa duração é fundamental para que se apreenda todas as variantes do desenvolvimento de uma civilização, e de que maneira as transformações puderam suceder-se e dar origem ao Estado contemporâneo. Pensadas como numa rede, as informações particulares contêm em si o registro de tal ligação. Em sendo assim, uma crítica histórica é capaz de revelar que por detrás dos eventos mais singulares existe toda uma explicação ordinária, uma relação melhor demonstrável quando mais fatos vêm à superfície, para substituir o trabalho da imaginação pura pelo da evidência verossímil. Aqui se encontra de forma marcante (e problemática) o conceito da uniformidade da natureza humana. Como observamos, sua característica mais criticada é a da trans-historicidade, reflexo da concepção de um homem em constante estado natural. Poucas dúvidas restam de que para o autor dos *Ensaio*s as relações sociais não eram de forma alguma diretas, e de que

²⁵⁹ Idem, p. 1: Para a atual historiografia, “As no two beings have exactly the same physical antecedents, so no two have precisely the same training and formative influences brought to bear upon them, and no two stand in exactly the same functional relations to other men. In a word, no two are precisely the same person”.

²⁶⁰ Ibidem, p. 2

havia transformações inegáveis entre um período histórico e outro que se manifestavam na própria representação do homem moderno *versus* o antigo. A consequência que o conceito de uniformidade da natureza humana em Hume reflete, em sua ponderação histórica, é que, embora dessemelhantes conforme a variação temporal e física, todos os indivíduos são dotados de princípios psicológicos uniformes, cujo fundo básico é a moralidade: “We proceed not from what we ‘known’ but from what we believe, think to be so, and, most importantly, what we want to be so²⁶¹”. A conduta humana é uniforme já que nascemos com determinados sentimentos que guiam nossas ações, e que não podem ser explicados pela força do intelecto:

A natureza dotou todos os animais de um preconceito semelhante, em favor de sua descendência. Assim que a criança indefesa vê a luz, embora a todos os outros olhos pareça uma criaturinha desprezível e miserável, ela é vista por seu pai orgulhoso com a maior afeição e é preferida a qualquer outro objeto, por mais perfeito e bem acabado. Somente a paixão, derivada da estrutura e formação originais da natureza humana, atribui valor ao mais insignificante dos objetos²⁶².

Essa característica é capital à existência social humana. A uniformidade - os mecanismos psicológicos semelhantes - é o que permite a integração entre os homens e a continuação da espécie, é o que garante certos padrões de expectativas, que os julgamentos mais comuns não sejam arbitrários, é o que torna possível, em última análise, a comunicação: “In Hume’s view, the postulation of a moral sense is supported by empirical evidence. When we undergo a certain experience, we feel certain sensations; (...). What is more, we can generalize from our own experience from that of others. When we see others experience an emotion, our nature leads us to experience the same emotion²⁶³”. Como bem distingue Forbes, nesse caso a semelhança das atitudes humanas forma uma “psicologia geral”. São abstrações percebidas na variedade concreta da experiência humana, são *invariáveis* que encontramos nas mais variadas ocasiões (como exemplo, se espera que bebês não raciocinem como adultos), mas que não se reportam especificamente ao “conteúdo da mente”, este sim diverso e variável, de acordo com as circunstâncias sociais e históricas²⁶⁴. Existe uma padronização do sentimento que se reflete diretamente no juízo moral. Este é o argumento que

²⁶¹ CONNIF, James. *Hume’s Political Methodology*. Op. Cit. p. 391

²⁶² HUME, David. *Ensaio Morais, Políticos e Literários*. Op. Cit. p. 287

²⁶³ CONNIF, James. *Hume’s Political Methodology*. Op. Cit. p. 392

²⁶⁴ FORBES, Duncan. *Hume’s Philosophical Politics*. Op. Cit. pp. 117- 119

abandona a imagem de brutalidade, egoísmo e selvageria no princípio dos tempos e instaura uma de socialização (ainda que mínima, relativamente) - a percepção de si é comparável a dos outros, a associação é a premissa da natureza, agora e no passado. Convenções tornam essa primeira reunião ultrapassada em seus modos conforme a distância temporal se alarga entre um ponto e outro. Todavia, essa característica primeva conserva-se inalterada, e a uniformidade não se desgasta no tempo:

Psychology, or the science of man in its narrowest sense, Hume thinks is about as certain a science as any that deals with matters of fact and existence, in so far as we know our minds by introspection(...); repetition of experience must imply abstraction. The principles of general psychology are certain in so far as they are abstract: the mechanism of association would presumably be the same even if human nature were to undergo a total change in every other respect.

Encontramos uma diferença maior quando o tema da reflexão se torna mais complexo, e os fatos da experiência contradizem o senso comum da introspecção, como no caso do desenvolvimento das artes e ciências ou quando as mudanças gerais dependem de particularidades, da singularidade de um caráter ou de um evento fortuito. A escolha da política, nesse sentido, também não é casual para a análise de Hume, já que nela o observador experiente é capaz de prever e antecipar um efeito conforme sua experiência no assunto. Em política encontra-se uma regularidade mais explícita posto que nela o envolvimento do todo social é decisivo, e suas deliberações geram um impacto abrangente sobre a sociedade²⁶⁵. Por isso, quanto mais particular for, menos previsível; inversamente, quanto mais relacionada a características regulares (leis e instituições), maior será o grau de previsibilidade a seu respeito e, nesse sentido, por mais tempo uma verdade geral poderá ter serventia²⁶⁶. A oposição entre causas e acaso conecta-se à uniformidade da natureza humana porque em conjunto, em grandes quantidades, os homens tendem a comportamentos que podem ser descritos em termos uniformes. A função do historiador é desvendar que tipo de causa prevaleceu e que aspectos se tornaram acessórios via uma amostragem empírica que se revelará uniforme segundo o grau de penetração de uma tendência em uma sociedade: a história de uma monarquia poderia ser completamente diferente caso o soberano fosse outro, mas dificilmente é tão instável e idiossincrática quando a vontade de um não se

²⁶⁵ Idem, p. 224. Ver HUME, David. *Investigação Acerca do Entendimento Humano*. Op. Cit. p. 96 (citado por Forbes)

²⁶⁶ FORBES, Duncan. *Hume's Philosophical Politics*. Op. Cit. pp. 119-120

sobrepõe às regras determinadas pelo tempo. É assim que a verificação histórica de Hume lhe permite generalizar. A impessoalidade que observa no desenvolvimento dos estados modernos é não só benefício da lei como demonstra o aprimoramento social, uma vez que é esse período histórico que admite a fundamentação de uma *ciência* política²⁶⁷.

Por todas essas características, a uniformidade da natureza humana corresponde em Hume simultaneamente a uma psicologia (referindo-se à introspecção) e a uma evidência empírica de caráter histórico, isto é, que admite mudanças profundas sobre os indivíduos dotados de uma mesma sensibilidade e moralidade. Torna-se, assim, simplificada uma visão exclusivamente psicológica da história como palco de eventos demonstrativos dessa interioridade constante na diacronia²⁶⁸. É fato que, segundo o critério da moralidade, o historiador compreende também um juiz, como a descrição sobre o estudo da história torna manifesta; simultaneamente há também o não menos importante fato de uma crítica histórica secularizada, que impõe, por meio de evidências, o devir como mudança, como diferença de situações e de expectativas. Quanto mais se associa uma concepção psicológica uniforme à esfera do interesse histórico de Hume, menos este se distingue do “preconceito jusnaturalista”, como se, à revelia da percepção de um estado moderno e refinado só devêssemos procurar o mesmo homem natural entre os gregos antigos e os ingleses²⁶⁹.

²⁶⁷ Idem, p. 222: “Politics can be treated as a science to the degree that it is independent of the humors and temperament of particular men; in so far as there is a more or less regular form of government”.

²⁶⁸ HUME, David. *Investigação Acerca do Entendimento Humano*. Op. Cit. p. 39 (nota): “Se inato é equivalente a natural, então se deve conceder que todas as percepções e idéias do espírito são inatas ou naturais, em qualquer sentido que tomemos este último termo, (...), entendendo por *inato* o que é primitivo ou não copiado de nenhuma percepção precedente, *podemos então afirmar que todas as nossas impressões são inatas e que nossas idéias não o são*” (grifo final nosso).

²⁶⁹ A crítica de Forbes a uma interpretação trans-histórica de Hume centra-se ao fato de que a uniformidade da natureza humana está relacionada à descrição da vida comum, sendo os mais variados exemplos históricos a confirmação das invariáveis humanas mais banais e cotidianas, não menos importantes por isso, mas sem referência exclusiva às causas complexas das transformações sociais, como o desenvolvimento econômico de um período ou a relação entre o estado e os legisladores. FORBES, Duncan. *Hume’s Philosophical Politics*. Op. Cit. p. 117

5.7

A quarta observação

A última observação do ensaio sobre as artes e as ciências possui implicações relevantes para a compreensão do tratamento dos fatos históricos em Hume. Nela lemos “*Que, quando as artes e as ciências chegam à perfeição em qualquer estado, a partir desse momento naturalmente, ou melhor, necessariamente, entram em decadência e raramente ou nunca voltam a ser o que eram nessa nação onde originalmente floresceram*”²⁷⁰. Deve-se notar, prontamente, que na observação Hume aborda de maneira central as artes e ciências, mas não de maneira aberta a questão do desenvolvimento político, de leis ou instituições. Na seqüência do breve argumento, o escocês retoma o aprimoramento da modernidade nas artes (e nas ciências, embora não explicitamente): “Os modelos que nos deixaram os antigos deram origem a todas as artes há cerca de duzentos anos e contribuíram para o seu progresso em todos os países da Europa”. Trata-se de uma evidência empírica e, por isso, apenas em aparência, “contrária à razão”. O que é demonstrável, “conforme à experiência”, é que há, historicamente, uma lacuna cultural entre a antiguidade e o presente: “Por que não tiveram [esses modelos] um efeito semelhante durante o reinado de Trajano [53-117 d.c.] e seus sucessores, quando esses padrões ainda estavam quase intactos e ainda eram admirados e estudados no mundo inteiro?”; mesmo sob Justiniano (527-565) e “ao longo de séculos, nenhum poeta apareceu que pudesse pretender sequer imitá-los”²⁷¹. Para compreender como essa lacuna se deu, Hume estabelece um argumento análogo à sua segunda observação (do mesmo ensaio sobre as artes e ciências) e que se encontra também nos seus ensaios econômicos, a saber, o papel da *emulação*. Quando há uma livre correspondência econômica e política entre os estados, ocorre, simultaneamente, *emulação* e *imitação*, saudáveis ao aprimoramento e desenvolvimento daqueles. Nesses dois casos (economia e política) observa-se que muito há para ser feito, e que apenas lentamente o estado conquista seus maiores benefícios, de modo que a concepção primeira é a de uma via em aberto²⁷², que não deve admitir obstáculos

²⁷⁰ HUME, David. *Ensaaios Morais, Políticos e Literários*. Op. Cit. p. 251

²⁷¹ Idem, pp. 251-252

²⁷² No ensaio sobre a balança comercial Hume argumenta acerca da desconfiança em “relação ao livre comércio”. Não obstante ele defender certas “tarifas protecionistas”, esta é uma característica secundária quando trata em geral do assunto. Por isso mesmo, na seqüência a esse ensaio,

à competição e a influência. Diferente efeito encontra-se nas artes e ciências, porém. Sob um determinado período, contrariamente à lenta “evolução” institucional e econômica, aquelas chegam à *perfeição*. Um Homero e um Virgílio são artistas geniais e irretocáveis, estabelecem um padrão de gosto para o seu tempo e adiante dele, obliteram os demais, estancam a emulação, não há como rivalizá-los. A genialidade, todavia, é um processo dependente do meio. O gênio necessita de “repetidas tentativas” até encontrar a repercussão que lhe indique o parâmetro de sua excelência. Por isso mesmo, quando a perfeição foi atingida num tempo, o terreno para que um novo gênio desponte acha-se estéril. Acostumada à arte maior, a sociedade não acomoda a inferioridade natural das primeiras iniciativas de um futuro mestre, e a consequência será o silêncio e até o desprezo, e já não há emulação possível e, tampouco, o “elogio e a glória”, estímulos essenciais para o gênio de um homem em formação. Segue-se então uma apatia *necessária* nas artes, uma decadência fadada a repetir-se em ciclos, quando outras condições históricas impõem novas perspectivas e os antepassados podem ser uma vez mais a referência para diferentes modalidades de artes e ciências, quando já “não existe comparação entre o espírito daquela época e o moderno”²⁷³.

Essa percepção do desenvolvimento das artes²⁷⁴ e ciências na história é denominada por Forbes como “pêndulo oscilante” (*swinging pendulum*). Incoerente, todavia, à sua noção de gradual progresso via experiência político-social, tal visão de períodos históricos de perfeição e de decadência pode estar mais próxima do “prejuízo” estético baseado na canonização da antiguidade, sobretudo em seu período. E tal “prejuízo” pode ser inferido diretamente dos próprios *Ensaio*s, já que a avaliação dos paradigmas dos antigos usualmente se torna clara durante a explicação das mais variadas teses, mesmo sendo, em Hume, tais paradigmas ajuizados constantemente de maneira crítica e também comparativa – a ubiquidade, entretanto, já demonstra o grau de penetração e influência da antiguidade. Do ponto de vista de uma teoria histórica, o escocês realiza de modo semelhante nesta quarta observação o que faz em outras de

encontramos um outro com o título menos ambíguo possível de sua teoria econômica: *Da Desconfiança no Comércio*. Ibidem, p. 470 (nota) e p. 493

²⁷³ Ibidem, pp. 252-254

²⁷⁴ FORBES, Duncan. *Hume's Philosophical Politics. Op. Cit.* p. 315

caráter político: a noção de um progresso recente e sua comparação com eventos históricos do passado, representados, muito brevemente, por Trajano e Justiniano.

Essa observação serve também a uma ponderação do escocês: “Talvez não seja vantajoso para qualquer nação importar arte de seus vizinhos que tenham atingido uma grande perfeição. Isso extingue a emulação e estanca o vigor da juventude²⁷⁵”. Contrastando o papel da emulação e imitação encontrado no desenvolvimento da sociedade civil, chega-se ao ponto que causa a real distinção para as artes e ciências e, por conseguinte, a adoção de uma perspectiva pendular nestes casos: a concepção de exemplos perfeitos. Isso significa que o olhar estético (no caso, priorizando as artes) europocêntrico de Hume, não obstante qualificado de cosmopolita, pode ser demasiadamente rígido, implicando uma concepção quase (se não inteiramente) universal de cultura, vista como, embora distinta historicamente (refiro-me à expressão “espírito da época”, por ele empregada), muito assemelhada num contexto contemporâneo.

Esta, entretanto, não é a implicação mais relevante em nossa análise. Cabe compreender como duas concepções antagônicas de desenvolvimento histórico subsistem no autor. Acima vimos que uma das implicações da regra geral era a de que determinados períodos históricos simplesmente não poderiam ser descritos empiricamente, pela falta de maiores evidências das relações sociais ocorridas em seu interior. Implicitamente podemos inferir que em determinados períodos históricos tal falta se deveu a uma condição algo “bárbara” e, se comparados a períodos anteriores, essa condição não foi primeira, constituindo uma espécie de “decadência” cujo exemplo altivo é a Idade Média. Hume é razoavelmente explícito sobre este aspecto: “(...) somente os sentimentos e as opiniões dos períodos civilizados são transmitidos à posteridade (...)”²⁷⁶. No ensaio sobre as populações antigas, e adotando o ponto de vista do desenvolvimento do universo, isto é, o mais amplo possível, ele afirma “(...) não podemos estar seguros se, no presente, ele [o universo] está avançando rumo ao seu ponto de perfeição ou se está se afastando dele, decaindo²⁷⁷”.

²⁷⁵ HUME, David. *Ensaaios Morais, Políticos e Literários*. Op. Cit. p. 253

²⁷⁶ Idem, p. 431. Essa passagem, do ensaio sobre o refinamento nas artes, faz parte do contexto no qual Hume procura mostrar que gregos e romanos eram tão refinados quanto virtuosos (segundo o rígido conceito de virtude antiga em contraste com o de refinamento moderno), tema já tratado neste capítulo.

²⁷⁷ Ibidem, p. 558

Isso contradiz, porém, a própria compreensão de progresso gradual pela experiência, que demanda uma quantidade de tempo sem referência exclusiva à modernidade. Além disso, sob a ótica estritamente pendular da história, subentende-se que o aprimoramento dos governos modernos se deva à capacidade de apreensão da exemplaridade reconhecida nos períodos civilizados do passado, resgatada por uma iluminação atual e revestida de deferência suplementar – mas tal descrição não permeia a idéia de uma crítica comparativa praticada por Hume. O que parece estar na base dessa “incoerência” é que o desenvolvimento histórico, quando estabelecido de modo contínuo, é longo, gradual, lento, o aperfeiçoamento se distingue no decorrer de gerações e, em seu centro, o demorado trabalho das leis e instituições. Simultaneamente, pode-se observar as mudanças políticas (e revoluções) apressadas, cujo caráter é negativo por justamente ir de encontro ao tempo necessário ao aprimoramento. A longa duração em história é, portanto, uma percepção que se torna possível quando a história demonstra de alguma forma continuidade, ou, para usar uma expressão mais contemporânea, uma *evolução*, onde se pode identificar pontos de contato entre um período e outro. Uma teoria da história em Hume está por isso atrelada à sua verificação da modernidade, e essa teoria existe enquanto tal sob a noção de *aprimoramento*, que divisa, entre outras coisas, a regularidade entre um período e outro, instaurando, conseqüentemente, descontinuidades, que podem estar refletidas na concepção *pendular* de períodos onde o desenvolvimento social se encontrava mais dependente de características particulares (proeminentes numa soberania dinástica, por exemplo) ou não estava, de algum modo, mais explicitamente caracterizado (como numa forma primitiva de técnica agrícola, e como num estado de trocas comerciais incipientes e inconstantes).

Se há em Hume uma concepção da história de fluxos e refluxos, de decadência e progresso, há, não obstante, também uma concepção da história de continuidade, de longa duração, que se encontra marcadamente na trajetória político-social, explicitada na regularidade institucional dos governos modernos. O que a teoria histórica do escocês não encontra de maneira abrangente e uniforme nos períodos do passado é o que ela demarca como a característica principal do presente. Igualmente, pode haver no presente a mesma instabilidade social (ou o perigo da mesma) que propiciou a decadência no passado (e essa instabilidade, no presente, está representada, enormemente, pelo facciosismo). E

talvez seja por isso que tal método de compreensão e de teorização da história não subsista sem a idéia de que esta deve, via política, ser controlada²⁷⁸, e que o desenvolvimento social desmesurado leva, necessariamente, a um ponto extremo de instabilidade social, a partir do qual o processo histórico irá se mover na direção contrária²⁷⁹. Em assim sendo, o papel dos agentes políticos, das instituições e de determinadas circunstâncias é prioritário em relação ao futuro, que na modernidade se apresentava mais imprevisível ainda. Representando a totalidade social eles (tais agentes e circunstâncias) na verdade a moldam, influenciando seus modos e costumes: a história é, assim, pensada de “cima para baixo”, pelo motivo de que em Hume não há como pensá-la em termos de continuidade de outra maneira²⁸⁰.

Quando Hume fala em perfeição e decadência como processos “necessários” (e até mesmo inevitáveis) devemos compreendê-lo especialmente na sua reflexão sobre as artes e ciências. Quando fala a propósito de experiências políticas do passado, e de seu malogro, refere-se, sobremaneira, a um controle maior ou menor (e a uma importância maior ou menor) das instituições (ou de lideranças) políticas sobre o desenvolvimento social – e aí não vemos tanto progresso e decadência, fluxo e refluxo: antes, uma descontinuidade, uma quase ausência de compreensão de tal controle e observância (para usar um exemplo, a economia primitiva da antiguidade e a decorrente falência do império romano devido a uma expansão não sustentável do mesmo). Portanto, a importância da crítica para esta teoria histórica; a importância da regularidade moderna; da concepção de aprimoramento via política²⁸¹; do projeto de atualização e secularização do conhecimento; de um certo grau de civilidade que, sobretudo, acaba por determinar a existência da História. E, por isso também, da impossibilidade de um entendimento do processo histórico que não se remetesse, de alguma forma, à modernidade; da intermitência no desenvolvimento do

²⁷⁸ FORBES, Duncan. *Hume's Philosophical Politics. Op. Cit.* p. 190 e p. 228

²⁷⁹ Idem, p. 190

²⁸⁰ Ibidem, p. 320: “The role of society is to provide the ‘opinion’ on which all governments are said to be founded. But this ‘opinion’ is a negative check on government: not a positive social force. *The people in the last resort can unmake a government: they cannot make one.* (...). The majority of the people are always found either in a state of political inertia, owing to the enormous power of habit and habitual deference to authority, so that, in addition to inspired leadership, external factors, (...), are required to translate opinion into action.” (grifo nosso)

²⁸¹ Ibidem, p. 322: “Not only is government absolutely essential to the progress of civilization, it is an active agent in the process”.

passado *versus* a regularidade e continuidade possíveis no presente²⁸²; dos períodos obscurecidos da história²⁸³.

A idéia de que a história se definia meramente pela sua utilidade restringe-se ao seu caráter de via para o aprimoramento, tornando os seres refinados, compreendendo uma parte da concepção de Hume. A outra parte pode ser descrita pela formulação de Pocock, citada no terceiro capítulo: o governo como fenômeno contemporâneo que se formou num longo processo histórico, da incoerência antiga a uma coerência maior na modernidade.

²⁸² Ibidem, *Hume and the Scottish Enlightenment*. Op. Cit. p. 88

²⁸³ SABINE, George H. *Hume's Contribution to the Historical Method*. Op. Cit. p. 21